



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
 RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 1008637-79.2018.8.26.0037
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título
 Requerente: Moisés Mauricio
 Requerido: Banco Santander (Brasil) S/A

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação declaratória e indenizatória por danos morais, alegando que foi surpreendido com o encaminhamento de seu nome para protesto em razão de dívida inexistente. Argumenta que o título protestado é decorrente de endosso translativo. Requereu a procedência para declarar a nulidade da duplicata mercantil DMI 22201 com o consequente cancelamento do protesto, e para obter indenização por danos morais no importe de R\$ 8.000,00.

O relatório é dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passando-se à motivação e à decisão.

O julgamento da lide no estado em que se encontra é possível, porque a matéria é de direito e de fatos já comprovados, sendo desnecessária a produção de outras provas, de modo a velar pela razoável duração do processo (art. 5º da Lei nº 9.099/95 e arts. 139, II, e 355, I do Código de Processo Civil).

O autor desistiu da ação com relação à primeira ré e foi decretada a extinção do processo sem resolução do mérito (pág. 129). Não há hipótese de litisconsórcio necessário no caso em exame.

O autor demonstrou a ocorrência de protesto em seu nome, ante o apontamento da duplicata em questão, sendo apresentante o banco requerido (pág. 9).

No documento consta a informação de que se trata de endosso translativo. Por essa razão, evidente a legitimidade passiva do banco para responder à demanda, consoante a redação da súmula 475 do Superior Tribunal de Justiça: "responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, ficando ressalvado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas".

Com efeito, a matéria foi pacificada no âmbito de referido Tribunal superior, sob o regime dos recursos repetitivos, ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973. Assim se decidiu:

"Endosso translativo – endossatário que recebe a duplicata com vício formal, sendo inexistente a causa para conferir lastro à emissão do título – responsabilidade pelos danos causados diante de protesto indevido, ressalvado direito de regresso contra endossantes e avalistas.

DIREITO CIVIL E CAMBIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. DUPLICATA DESPROVIDA DE CAUSA RECEBIDA POR ENDOSSO TRANSLATIVO. PROTESTO. RESPONSABILIDADE DO ENDOSSATÁRIO.

1. Para efeito do art. 543-C do CPC: O endossatário que recebe, por endosso translativo, título de crédito contendo vício formal, sendo inexistente a causa para conferir lastro a emissão de duplicata, responde pelos danos causados diante de protesto indevido, ressalvado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas.

2. Recurso especial não provido.

(REsp 1213256/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, j. 28/09/2011, DJe 14/11/2011 – Tema 465).

O autor afirma que inexistiu qualquer vínculo jurídico entre as partes, nega ter realizado negociação comercial com a empresa R. H. B. Coelho Calçados ME que pudesse ensejar a emissão de duplicata.

Aparentemente a empresa emitiu título sem lastro e o repassou ao banco réu, que o encaminhou ao protesto. Como não averiguou a origem - ocasião na qual poderia ter constatado a inexistência de relação - o banco responde integralmente pelas consequências geradas.

Portanto, evidente a procedência do pedido.

No que tange ao pleito indenizatório, ressalta-se que o dano moral decorrente de protesto de título indevido é presumido. No caso em análise, o protesto foi comprovado nos autos (pág. 9) e sequer foi questionado.

Com efeito, as restrições são potenciais causadoras de danos à imagem e ao nome, tratando-se de típico dano moral indenizável.

A reparabilidade do dano moral foi expressamente acolhida pela Constituição Federal de 1988 (art. 5º, X).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Observe-se o ensinamento de autorizada doutrina a respeito do dano moral derivado de indevida inserção no sistema de proteção ao crédito:

“Após a Constituição de 1988, tornou-se definitivamente assentado o entendimento de que responde pela reparação do dano moral a empresa que, de forma errônea, registra o devedor no SPC, sendo dispensável qualquer perquirição quanto à existência também de prejuízos patrimoniais.” (Cahali, Yussef Said. *Dano Moral*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 384).

A indenização por dano moral não tem critérios tarifados estabelecidos pela lei, mas há parâmetros bem delineados pela jurisprudência, de modo a atender aos parâmetros do art. 944 do Código Civil. A indenização não pode se transformar em fonte de rendimentos sem motivo, mas deve servir para compensar a lesão e inibir novas condutas desta natureza. O juízo adota, em regra, o patamar de R\$8.000,00 para estes casos, pois suficiente à reparação, sem provocar indevido enriquecimento. Neste caso, não se justifica modificação.

A correção monetária incide desde a sentença de arbitramento, de acordo com a uniformização da jurisprudência pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmula nº 362). Os juros moratórios devem seguir o mesmo termo, pois haverá evidente descompasso se retroagirem à data da citação ou do próprio ato que originou a ação, pois ainda não existia o arbitramento da indenização. Neste sentido, há indicação da doutrina (Cahali, Yussef Said. *Dano Moral*. RT, 4ª Ed., 2011, p. 639) e precedentes do Superior Tribunal de Justiça (REsp n. 903.258/RS; rel. Ministra Maria Isabel Galotti) e do Tribunal de Justiça de São Paulo confirmando sentença por nós proferida, mantendo a incidência dos juros mora desde a sentença de arbitramento da indenização (Ap. nº 1000482-02.2015.8.26.0067; Rel.: Jovino de Sylos; 16ª Câmara de Direito Privado; j.: 31.01.2017).

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão para declarar a nulidade da duplicata relacionada nos autos e determinar o cancelamento do respectivo protesto, e para condenar o réu ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R\$ 8.000,00, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros moratórios desde a sentença. Convalida-se a tutela provisória de urgência. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**

parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, conforme a Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da condenação ou cinco Ufesps (o que for maior).

Por força do art. 52, III, da Lei nº 9.099/95, a parte vencida desde já fica ciente: 1) incidirá multa de 10% sobre a condenação se não for paga em quinze dias após o trânsito em julgado, mediante oportuna intimação, conforme art. 523 do Código de Processo Civil; 2) se o débito não for pago, o nome do devedor poderá ser anotado no SPC, e poderá ser expedida certidão para protesto da sentença condenatória (art. 517 do Código de Processo Civil).

Após o trânsito em julgado, em caso de depósito para cumprimento da condenação (antes de instaurada a execução), seguido de concordância (ou silêncio) da parte credora a respeito, expeça-se mandado de levantamento.

Oportunamente oficie-se para o definitivo cancelamento do protesto. As custas exigidas deverão ser pagas pelo autor e poderão ser cobradas do réu.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 05 de novembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006